

a demora ou a recusa indevida na prestação de assistência social para o funeral (incluindo o fornecimento de um caixão) a uma família carente configura dano moral e pode gerar direito à indenização.

A assistência funerária é um serviço essencial, muitas vezes previsto na legislação municipal como um dever do poder público para com as famílias de baixa renda. A falha nesse serviço em um momento de extrema vulnerabilidade e dor (o luto) **gera sofrimento que ultrapassa o mero aborrecimento**, caracterizando dano moral indenizável.

O que fazer para buscar a indenização

1. Reúna Provas: Junte todos os documentos e registros possíveis, como:

- Protocolos de solicitação de assistência na prefeitura ou no órgão de assistência social (CRAS/CREAS).
- Nomes e cargos dos funcionários com quem você falou.
- Datas e horários dos contatos.
- Quaisquer documentos que comprovem a situação de carência da família.
- Notas fiscais de despesas que a família teve que arcar por conta própria (se for o caso).
- Testemunhas (vizinhos, parentes, assistentes sociais que possam ter acompanhado a situação).

2. Procure um Advogado Especializado: É fundamental buscar orientação jurídica. Você pode procurar:

- Um advogado particular especializado em Direito Administrativo ou do Consumidor (casos contra o poder público seguem regras específicas).
- A Defensoria Pública da sua cidade ou estado, caso não tenha condições financeiras de pagar um advogado. A Defensoria Pública é especializada em garantir acesso à justiça para pessoas carentes.

3. Ação Judicial: Com as provas em mãos, o advogado ou a Defensoria Pública entrará com uma ação de indenização por danos morais contra o município (ou o estado, dependendo de quem era a responsabilidade pelo serviço). A jurisprudência brasileira tem diversos casos de condenação do poder público ou de funerárias por falhas semelhantes.

Quanto tempo demora o processo?

O tempo para a conclusão de um processo judicial por danos morais pode variar consideravelmente, dependendo da complexidade do caso e do volume de processos na Justiça local. Casos mais simples podem levar meses, enquanto outros, que envolvem recursos, podem se estender por anos.

O mais importante é agir rapidamente para formalizar a situação e buscar o amparo legal, pois a falta de assistência em um momento tão delicado é considerada uma falha grave do poder público.